

## Entrevista sobre o neokantismo

Agosto 2011.

Denis Seron (Universidade de Liège). Tradução Ana Thereza Dürmaier.

**Como o Senhor entende a relação do neokantismo com as origens da filosofia contemporânea? O neokantismo tem algum tipo de continuidade com a filosofia do século XX ou não?**

Há semelhanças significativas entre o neokantismo e a filosofia analítica, embora seja em geral pouco claro se por trás delas há alguma realidade histórica.

O primeiro ponto a ser considerado diz respeito ao conceitualismo. É bem sabido que a tradição analítica clássica é majoritariamente “conceitualista”. Este último termo normalmente é usado para se referir a uma grande variedade de posições, incluindo a teoria das descrições de Frege e Russell, a nova análise (*reparsing*) de Quine dos nomes próprios, o empirismo mínimo de McDowell, o descritivismo fregeano de Searle, etc. Para colocar de forma simplificada, a posição conceitualista é a de que, ao menos na maior parte dos casos, se referir a objetos no mundo requer essencialmente o uso de conceitos, o ponto crucial estando em que se pretende que isso seja verdadeiro não apenas de atitudes proposicionais típicas, tais como as crenças, mas também de todas as experiências perceptivas, ou ao menos de sua maior parte. Pois bem, assim entendido, o conceitualismo é também uma característica distintiva do anti-empirismo neokantiano (apesar de alguns empiristas, como por exemplo, o pupilo de Brentano, Carl Stumpf, terem também defendido posições conceitualistas, o conceitualismo geralmente tende a entrar em conflito com o empirismo pela razão óbvia de que, quanto mais se credita ao “conhecimento por descrição”, tanto menos se creditará à experiência, e vice-versa). É claro que a fonte maior do conceitualismo neokantiano é a visão de Kant de que a representação de um objeto, como oposta à mera sensação, deve necessariamente ser *pensada* e, portanto, conceitualmente determinada. Mas, por outro lado, Dewalque indicou recentemente que o conceitualismo forte é efetivamente neokantiano antes que kantiano. Rejeitando a estética transcendental de Kant, os neokantianos não apenas reforçaram o papel do pensamento conceitual no conhecimento, mas também foram ao ponto de acomodar (em estilo leibniziano mais que estritamente kantiano) um conceitualismo generalizado de acordo com o qual para o conhecimento nada mais se requer que o pensamento conceitual. Note-se que possivelmente há ligações históricas – a influência de Natorp sobre Carnap, por exemplo – entre os dois tipos de conceitualismo, mas essa questão ainda está à espera de exploração. De qualquer forma, isto

sugere claramente que o conceitualismo neokantiano pode, até certo ponto, muito bem representar uma posição filosófica ainda bastante viva hoje.

Outra coisa importante sobre a relevância do neokantismo nos nossos dias é que tanto os filósofos neokantianos como os analíticos são notoriamente inclinados para algum tipo de naturalismo ontológico ou fisicalismo. O naturalismo neokantiano, ao menos em sua versão ontológica (“objeto” é equivalente a “objeto físico”), é claramente herdado de Kant. Uma das maiores teses da *Crítica da Razão Pura* é que ser objeto envolve estar sujeito não somente a categorias do entendimento, mas também para às condições de espaço e tempo. Portanto, Kant substitui a *res inextensa* cartesiana por um ego transcendental que é, conseqüentemente, transcendente a todos os objetos, inobjetificável, etc. Por esta razão, a abordagem naturalista neokantiana da realidade objetiva é consistente com a abordagem anti-naturalista do ego puro: o ego puro não pode ser um objeto – ele precisa ser “transcendentalmente” elucidado.

É claro que este enquadramento kantiano não tem muito em comum com o naturalismo tal como compreendido pelos filósofos contemporâneos da mente, que são reconhecidamente oriundos do Círculo de Viena e do behaviorismo. Não obstante, eu penso que se deve deixar em aberto a questão quanto a se, neste nível, faz sentido falar de um pano de fundo kantiano implícito. É interessante notar que o naturalismo levou Natorp a promover uma posição em relação à consciência fenomênica que é surpreendentemente próxima de muitos filósofos contemporâneos da mente. Para Natorp, a consciência enquanto tal funciona como um ponto cego para toda teorização. Mais precisamente, a consciência possui três partes ou momentos – o ego puro, o conteúdo fenomênico e a relação entre ambos – que, enquanto tais, não são propriamente cognoscíveis. Todavia, isto não impede Natorp de dizer que o conhecimento ou a teorização em geral deve de algum modo ser fundada na experiência fenomênica, nomeadamente, naquele momento da consciência que ele chama de “conteúdo fenomênico”. Sua ideia é a de que a teorização requer procedimentos construtivos e reconstrutivos que devem tanto derivar da consciência fenomênica quanto se afastar dela. Surpreendentemente, esta doutrina (profundamente kantiana) é semelhante às teorias representacionais atuais da consciência de acordo com as quais a consciência somente é acessível nos objetos de estados intencionais.

### **Para o Senhor, qual a razão para a renovação dos estudos neokantianos na última década?**

Nos últimos anos, os estudos neokantianos têm passado por uma espécie de renascimento. A razão disto não é clara, pois é difícil distinguir as motivações devidas à evolução histórica da filosofia a partir de cada preocupação de pesquisadores individuais. Por exemplo, muitos pesquisadores interessados em Husserl e Heidegger foram levados a investigar a influência dos neokantianos como Natorp, Rickert e Lask sobre esses autores (Krijnen, Courtine, Dewalque, Zahavi, Egger, Seron, etc.). Esta nova linha de investigação certamente representa um dos campos de pesquisa mais promissores na atual literatura sobre neokantismo. É

plausível dizer que a recente renovação dos estudos neokantianos também se explica pela situação corrente da filosofia. Primeiramente, o declínio da filosofia “continental” de estilo heideggeriano tem levado alguns filósofos a buscar novos paradigmas diferentes daqueles endossados pela filosofia analítica, considerados por eles como insatisfatórios. Em segundo lugar, o paradigma kantiano pode ter se mostrado como um antídoto contra o realismo ou naturalismo exacerbado, usuais na metafísica contemporânea e na filosofia da mente.

Certamente, este último ponto é um dos mais interessantes no que diz respeito à persistente relevância da filosofia neokantiana para a filosofia atual. Basicamente, o ponto de vista “crítico” adotado pelos neokantianos é o de que a metafísica deve ser precedida e guiada pela teoria do conhecimento. Esta é a ideia central do que Kant chama crítica da razão pura. “A crítica”, diz ele, “é a preparação necessária para o progresso de uma metafísica fundada” (*Kritik der reinen Vernunft*, BXXXVI). A ideia geral é a de que o filósofo não deve pressupor a objetividade como, por assim dizer, um ser simplesmente presente à mão tal como ele é, mas, ao contrário, deve vê-lo como o *resultado* de procedimentos de constituição que requerem clarificação em um nível mais básico. O *fieri*, afirma Natorp, deve preceder o *ens*. De certo modo, todo o esforço neokantiano pode ser visto como uma tentativa de realizar esta ideia sem incorrer no psicologismo.

Em minha opinião, esta perspectiva de estilo construtivista não envolve necessariamente idealismo. Ela simplesmente significa que o realismo não deveria ser o ponto de partida. O realismo precisa ser fundado por meio de uma cuidadosa análise ou “crítica” do modo como objetos são constituídos. Neste sentido, Robert Brisart recentemente teceu considerações para mostrar que por esta “no ready-made theory”, Natorp – como Quine, mas de uma maneira bem diferente – oferece uma alternativa convincente ao realismo metafísico contemporâneo.

A situação é bem distinta em relação à filosofia da mente. As preocupações metodológicas, enquanto estão frequentemente ausentes na metafísica contemporânea, desempenham, na filosofia da mente contemporânea, um papel central. Entretanto, eu penso que o naturalismo faz surgir efetivamente alguns problemas que não são fundamentalmente diferentes. A atitude naturalista na filosofia da mente geralmente equivale a supor que a objetividade científica é idêntica, de uma maneira não-problemática, à objetividade das ciências naturais. Uma vez que a objetividade assim compreendida é suposta constituir “a imagem científica do mundo”, ela também é suposta ser essencial a toda filosofia cientificamente orientada. A consequência disto é que as entidades físicas ou as entidades que já se provou serem naturalizáveis – tal como a intencionalidade na abordagem funcionalista – não são mais tomadas como algo que implique qualquer problema *filosófico*. Pois bem, o problema com este naturalismo robusto é que ele está baseado em determinada ideia de ciência e de natureza que pode aparecer como um dogma não científico. É bastante natural supor que perspectiva crítica (no sentido mais amplo e mais neutro) é mais essencial à cientificidade do que o naturalismo, ou assumir que a investigação filosófica da mente deve preceder e motivar

toda decisão metafísica sobre o naturalismo em filosofia da mente, antes que o contrário. In other words, philosophers should ask not only how, but also why the mind needs to be naturalized. Decerto é tautológico afirmar que a mente deve ser naturalizada porque o naturalismo é o único paradigma aceitável em filosofia da mente.

Excetuando autores como Putnam, as profundas investigações ontológicas e epistemológicas de Quine, Chisholm e outros, têm tido efetivamente muito pouca influência no desenvolvimento da filosofia da mente. Pelo contrário, a atitude comum face ao naturalismo é a de partir de um naturalismo robusto pressupondo que ele é o único paradigma que merece ser tomado seriamente. Não estou dizendo que o naturalismo seja falso, mas que problemas filosóficos fundamentais, tais como o da intencionalidade e o da consciência, requerem, plausivelmente, um exame mais aberto do que o permitido pelo naturalismo robusto de caráter evolucionário ou cognitivo. Assim, é tentador dizer que o problema da consciência, como correntemente entendido – como naturalizar a consciência? –, não é um real problema filosófico, mas um artifício, dadas a pobreza e a estreiteza de espírito do próprio modelo naturalista. A existência do ar e da terra foi sem dúvida um “hard problem” para o aquarismo de Thales, mas isto não implica que seja um problema em termos absolutos!

Eu penso que a vantagem do anti-naturalismo neokantiano é precisamente a de chamar a atenção para as dificuldades de tratar a mente – a intencionalidade e a consciência – meramente a par com as características físicas tais como programas de computador ou funções biológicas. Novamente, não estou afirmando que o anti-naturalismo neokantiano seja correto, e na verdade duvido que o seja. Todavia, ele ao menos sugere que a consideração da intencionalidade e da consciência em termos de funções cerebrais e comportamentais não é, indiscutivelmente, menos problemático (nem mais explanatório) do que a abordagem idealista ou dualista em termos de entidades mentais independentes. Talvez uma das mais interessantes características do neokantismo seja a de apresentar a própria noção de realidade física como um problema filosófico.

**De acordo com seu ponto de vista, o que há ainda para ser descoberto e/ou revisto no neokantismo? Quais pesquisas são deficitárias e deveriam ser promovidas?**

É bastante significativo que o foco até agora tenha sido nos aspectos mais extremos e questionáveis da filosofia neokantiana, por exemplo, no idealismo lógico de Cohen. Pode-se estar de acordo, penso eu, que a crítica recente ao idealismo “alemão” do ponto de vista da chamada “filosofia austríaca” é uma reação salutar contra alguns excessos perceptíveis da tradição kantiana. Entretanto, o resultado é que tanto as fraquezas do realismo robusto quanto os *insights* frutíferos do anti-realismo neokantiano são, desse modo, geralmente ignorados. A verdade deve estar, penso eu, em algum lugar entre ambos. É duvidoso que a noção neokantiana de uma *constituição* da realidade objetiva possa ser de alguma utilidade para os filósofos contemporâneos a menos que ela seja considerada compatível com alguma

forma de realismo, tal como ela é, por exemplo, no idealismo transcendental de inspiração neokantiana de Husserl.

A maior deficiência da abordagem neokantiana de questões filosóficas, tal como vejo, repousa no fato de que ela torna impossível, ou ao menos, bastante problemática, qualquer teoria da experiência. A versão mais extrema da depreciação neokantiana da experiência encontra-se na tentativa de Cohen de erigir uma teoria do conhecimento sem apelar a conceitos tais como “intuição”, “dado”, ou “experiência”, com o resultado de que o conhecimento seja, assim, reduzido a “pensamento puro” concebido como uma pura atividade de produzir realidade objetiva. Apesar de muito diferente, a abordagem normativa do conhecimento da escola de Baden leva a conclusões equivalentes. Definindo objeto meramente como o que *deve* ser posto como existente para ser verdadeiro o juízo correspondente, Rickert, em realidade, afirma que não é a experiência ou a intuição, mas o juízo aquilo que fornece o critério para a objetividade.

Uma consequência importante disto é que foi também impossível para os neokantianos tratar questões filosóficas sobre uma base descritiva real, razão pela qual a filosofia neokantiana, quanto a seus resultados teóricos, permanece altamente especulativa. Certamente, a maior parte dos filósofos neokantianos não foi tão radical como Cohen. Natorp, por exemplo, se empenhou em reintroduzir a experiência no idealismo de Cohen, e sua psicologia exhibe realmente estreitas conexões com o empirismo de Mach. Observe-se que Carnap, em seu *Aufbau*, se apropriou explicitamente de alguns aspectos da teoria da objetificação de Natorp. É claro que isto não faz dele um kantiano (confira o debate Margolis-Weissman sobre este problema), mas sugere claramente que ambos filósofos compartilham certas pressuposições quanto ao papel da experiência no conhecimento. Entretanto, o que Natorp considera ser “dado” na “experiência imediata” é precisamente não dado em sentido usual. É uma “hipótese” no sentido de Cohen, a saber, alguma coisa que sempre já está perdida e apenas pode ser aproximada pela construção objetiva ou reconstrução subjetiva. Isto explica a espantosa pobreza descritiva da psicologia de Natorp quando comparada com a brentiana ou com a psicologia fisiológica. Sente-se o impacto da ausência de materiais descritivos em sua obra psicológica. Natorp oferece pouquíssimos exemplos e a maior parte de suas suposições não são, de fato, sustentadas por quaisquer tipos de dados observacionais. Em sua correspondência com Natorp, Husserl o acusa de começar demasiadamente alto, no nível dos princípios gerais, enquanto o método correto é, ao contrário, “de baixo para cima” (*von unten*).

Seja como for, eu creio que hoje a atitude mais adequada frente aos filósofos neokantianos poderia muito bem consistir em integrar alguns de seus *insights* em um quadro mais global. Este é o caso especialmente se consideramos a abordagem eliminativista da experiência promovida pela maior parte deles. Certamente, há razões para acolher a visão neokantiana de que o sujeito que percebe constitui de alguma maneira seu objeto. Contudo, esta visão também nos sobrecarrega de problemas insolúveis. Ela torna praticamente impossível dar

conta das características mais básicas da experiência, tais como o continuum perceptual temporal, a organização figurativa do campo sensorial, etc. Pois bem, parece inegável que essas características ocorrem no conhecimento e devem ser tomadas em consideração na teoria do conhecimento. O fato de Cohen reduzir o conhecimento à física matemática é um exemplo extremo das conseqüências desastrosas de eliminar, da teoria do conhecimento, a experiência. O mundo que “conhecemos” não é meramente o correlato constituído do pensamento conceitual, ele também é constituído “sobre a base de” (em um sentido ainda a ser elucidado) fenômenos configurados temporal e espacialmente. Em minha opinião, uma apropriação adequada do neokantismo deveria, primeiro, tentar tornar a noção de constituição consistente com fatos fenomenológicos. Em certo sentido, isso é o que Husserl fez, bem como o próprio Kant quando tentou combinar o racionalismo leibniziano com o empirismo de Locke e Hume. Isto nos permitiria ampliar o foco neokantiano no juízo dando mais importância a como estamos primariamente familiarizado com o mundo e, assim, socorrer-mo-nos no neokantismo a fim de restabelecer o criticismo sob uma forma mais aceitável.